



Universidade de Brasília

Repositório Institucional da Universidade de Brasília

repositorio.unb.br



Este periódico está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 3.0 Unported.

Você tem direito de:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material.

De acordo com os termos seguintes:

Atribuição — Você deve dar crédito ao autor e indicar se foram feitas mudanças.

Não Comercial — Você não pode usar o material para fins comerciais.

Compartilhar Igual — Se você remixar, transformar, ou criar a partir do material, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença do original.



This Journal is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported License.

You are free to:

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material.

Under the following terms:

Attribution — You must give appropriate credit and indicate if changes were made.

NonCommercial — You may not use the material for commercial purposes.

ShareAlike — If you remix, transform, or build upon the material, you must distribute your contributions under the same license as the original.

Ética, Bioética e Educação

Ethics, education and bioethics

Ética, Bioética y Educación

Jansen Ribeiro Pires¹

Helena Eri Shimizu²

RESUMO

Este artigo mostra que a publicação do livro *Bioética: uma ponte para o futuro*, de Van Rensselaer, mudou a perspectiva dos estudos sobre a ética nos cenários nacional e internacional, concedendo a esta área do conhecimento uma importância nunca antes observada no que se refere à educação e cooperação internacional. Com a promulgação, em 2005, da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos – DUBDH, o Estado brasileiro passou a ter obrigação de envidar esforços para promoção da formação e educação em bioética. Trata-se de uma disciplina que se fundamenta nas reflexões filosóficas, razão pela qual, se fez necessário expor as diferenças conceituais entre ética e moral utilizando-se das concepções de Heráclito e Aristóteles. Ademais, o presente estudo apresenta uma definição operacional da ética mais próxima dos princípios estabelecidos na DUBDH. Por fim, procura chamar atenção para

o fato de que, apesar do compromisso firmado pelo Estado, a disciplina bioética encontra-se ainda restrita aos cursos de graduação e pós-graduação, sendo ministrada, principalmente, por profissionais que não têm formação em filosofia, ética ou bioética.

Palavras-chave: Educação, Filosofia, Bioética.

ABSTRACT

This paper indicates that the publication of the book *Bioethics: bridge to the future*, by Van Rensselaer, changed the perspectives of the studies about ethics, conceding to this area an importance never seen before, concerning education and international cooperation. Since the promulgation of the Universal Declaration on Bioethics and Human Rights – UDBHR, in 2005, Brazil began to promote efforts on bioethics formation and education. As Bioethics is a discipline based on philosophical reflections, it was necessary to expose the conceptual differences between ethical and moral using Heráclito and Aristoteles's conceptual. Moreover, this study offers an operational ethical definition closer to the principles established by UDBHR. At last, it aims to highlight that, despite the commitments accepted by Brazil, Bioethics discipline is still

1 Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade de Brasília e doutorando em Bioética pelo Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília.

2 Doutora e professora do Programa de Pós-Graduação em Bioética da Universidade de Brasília.

restricted to graduation and post-graduation and besides, is being taught by professionals that are not specialists in philosophy, ethic or bioethics.

Keywords: Education, Philosophy, Bioethics.

RESUMEN

Este trabajo muestra que la publicación de los libros de Bioética : puente hacia el futuro, Van Rensselaer , cambió la perspectiva de los estudios sobre la ética en los planos nacional e internacional , dando a este área de conocimiento de una cantidad nunca antes vista en relación con la educación y la cooperación internacional. Con la promulgación en 2005 de la Declaración Universal sobre Bioética y Derechos Humanos - DUBDH , el Estado brasileño tiene ahora la obligación de realizar esfuerzos para promover la formación y la educación en materia de bioética . Es una disciplina que se basa en la reflexión filosófica , por lo que era necesario exponer las diferencias conceptuales entre la ética y la moral que utilizan los conceptos de Heráclito y Aristóteles. Por otra parte , este estudio presenta una definición operativa de la ética más a los principios establecidos en DUBDH . Por último , se busca llamar la atención sobre el hecho de que a pesar del compromiso asumido por el Estado , la disciplina de la bioética sigue restringida a pregrado y postgrado , se enseña principalmente por profesionales que no están capacitados en la filosofía, ética o bioética.

Palabras clave: Educación, Filosofía, Bioética.

INTRODUÇÃO: Distinção entre ética e moral

Tradicionalmente, a filosofia tem subsidiado as mais diversas áreas do conhecimento com reflexões que facilitam o entendimento da relação do homem em sociedade e com o meio-ambiente. Isso se tornou mais agudo logo depois da segunda metade de séc. XX quando o domínio das mais diversas tecnologias colocou em cheque a sobrevivência da civilização. Hans Jonas¹ procurou alertar sobre a urgência de se pensar não somente no presente e/ou futuro próximo, mas lançar o olhar para os cuidados com as gerações vindouras. Ele partiu da concepção de que existe a possibilidade de educar para garantir que os recursos, sejam eles humanos ou naturais, devam ser melhor utilizados salvaguardando o quinhão fundamental para a sobrevivência da civilização e a preservação do Planeta. A isso chamou de **princípio responsabilidade** ou **ética da responsabilidade**.

Partindo-se dessa perspectiva, a formação dos jovens não poderia se distanciar das reflexões filosóficas. Contudo, observa-se uma confusão conceitual entre ética e moral que muitas vezes dificulta a abordagem de temas que vão do subdesenvolvimento (com todas as conseqüências danosas às populações pobres) aos avanços científicos-tecnológico. Assim, é necessário tecer considerações que ajude a diferenciar esses dois conceitos. Isto possibilitará melhor esclarecimento de como a filosofia, mais especificamente o estudo da ética e seus desdobramento em novas disciplinas como, por exemplo, a Bioética, tem impactado a educação, as legislações nacionais e os tratados internacionais.

Partindo dessas premissas Padovani e Castagnola² pontuam há séculos que se discute nas mais diferentes culturas os parâmetros mínimos de condutas que possibilite o convívio social harmonioso. Razão pela qual a construção dos discursos normalizadores tem procurado por princípios que norteie o agir dos seres humanos para que caminhe de maneira decente, responsável e correta. Esta busca remonta à antiguidade clássica, onde se pode observar o empenho de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles em pensar uma ética, que conduza os membros da polis a uma vida virtuosa (aretê), levando em consideração primeiramente o bem-comum, antes do bem particular.

Todavia, antes de traçar os parâmetros mínimos sobre os quais a conduta humana deve se pautar, para que seja considerada uma postura ética, será necessário fazer uma breve distinção entre ética e moral, buscando ressaltar aspectos importantes relacionados ao significado da ética, apoiando-se sobre duas concepções: a de Heráclito e a de Aristóteles.

É a partir do pensamento destes dois filósofos que se poderá traçar uma primeira e fundamental distinção entre ética e moral. Neste sentido, Aranha e Martins³ evocam o significado da palavra *ethos* a partir da abordagem Heráclito e Aristóteles. Tais autores sinalizam a existência de diferenças basilares entre os significados da ética e da moral. Dentre os filósofos gregos, Heráclito de Éfeso (535 - 475 a.C.) foi o primeiro a utilizar o termo *ethos*, de onde se origina Ética. Ética (*ethos, ηθος*) aparece no fragmento 119, onde se lê *êthos anthrópo dáimon*. Há controvérsias em relação à exata tradução do fragmento, que deve ser entendido como um todo, para que se

alcance seu verdadeiro sentido.

Contudo, é possível traduzir *ethos* (*ηθος*) como morada. Essa é a forma como, por exemplo, Heidegger⁴ traduz *ηθος* na *Carta sobre o Humanismo*. O termo médio *anthrópo* com certeza significa homem e *daimon* teria o sentido de *modo de ser humano* também traduzido como natureza ou destino. O *ethos* é, portanto, casa do homem. Ou seja, a analogia que se faz de morada e de abrigo indica justamente que, a partir do *ethos*, o espaço e o mundo tornam-se habitável para o homem. É no espaço do *ethos* que a razão (logos) torna-se compreensão e expressão do ser do homem, enquanto obrigação das práticas de ações reconhecidamente virtuosas, como exigência radical de dever-ser ou de bem. Essa concepção reflete o pensamento de Heráclito sobre o tema.

Conforme explica Paulino⁵, a ética vincula-se ao mundo interior do ser humano, ao estado de consciência da pessoa. O *ethos* pode ser considerado o espaço a partir do qual a consciência (ser) se manifesta no homem, em seu caráter e na sua índole natural. No artigo *Sobre as Diferenças entre Êthos com épsilon e Êthos com êta*, Spinelli⁶ sugere uma correlação entre *ethos* e *daimon*.

Êthos e *daimôn* (pelo que consta no fragmento 119: o *êthos* do homem é o seu *daimôn*) são correlativos: um implica de tal modo o outro que se equivalem. Em geral, traduzido por índole (caráter, natureza), o termo *daimôn* alude a um modo humano de ser, sob dois aspectos: um, ao modo de como o homem, por natureza, habita a si mesmo; outro, de como o homem, valendo-se da natureza que lhe é própria, é capaz de por si mesmo reger e edificar a sua própria *destinação* humana.

Nessa vinculação entre *êthos* e *daimôn*, o termo *êthos* insinua justamente o modo humano de *habitar* a si mesmo, e, o *daimôn*, de *destinar* a si mesmo. Na medida, pois, em que o *êthos* insinua a morada, o *daimôn* (tendo em vista o fazer-se humano em decorrência das propensões de sua natureza) designa o seu *destino*, ou seja, a direção (o para onde leva o querer e o agir) que a todo homem cabe zelar e prover.

Ora, a relação entre *ethos* e *daimom* parece sugerir que o homem deve considerar aquilo que lhe é constitutivo, que lhe é próprio, para conduzir (destinar) sua vida, habitando o mundo que ele mesmo é e que se faz presente a sua volta. O fragmento 119 aponta para uma compreensão de ética que leva à interrogação de como o homem deve conduzir-se para habitar a si mesmo, para entrar em consonância com aquilo que ele é ou deve ser. Uma noção de bem está implícita no fragmento, destinar-se é habitar a si mesmo de forma apropriada, vivendo em conformidade com sua consciência, na direção de seu dever ser.

Para uma definição de ética, além do importante resgate do significado do fragmento 119 de Heráclito, na relação entre *ethos* e *daimon*, deve-se observar a grafia do termo que origina a palavra ética. Como foi visto, Heráclito foi o primeiro filósofo que utilizou o termo *ethos*. Dessa feita, ele grafia *ethos* (com *eta*), o que leva à concepção de ética como morada. Mas apesar de Heráclito, com o uso do *êta* na grafia do *ethos*, conferir à ética um caráter intrínseco, apontando para uma interioridade, Aristóteles⁷ grafou o *ethos* com *épsilon*, o que muda o sentido original da palavra.

Heráclito ao escrever a palavra ‘ethos’ no grego antigo usou ‘eta’ (Η, η) e não um ‘epsilon’ (Ε, ε) como fez Aristóteles posteriormente, dando por isso um sentido distinto. E isto é fundamental para entendermos o que ocorria na sua mente, pois o sentido do *ethos* se altera bastante se é com um ‘eta’ a palavra significa ‘morada’, o espaço onde algo se apresenta. E com ‘epsilon’ tem o sentido de hábitos como usou Aristóteles no início do segundo capítulo de seu livro “Ética a Nicômaco”. E foi deste segundo sentido (hábitos) que no latim, através de Cícero, surgiu o ‘mores’ (costumes).

Para o primeiro pensador, a ética vem do interior influenciando o mundo que o cerca enquanto morada do homem, ligado à ideia de primazia da consciência. Na segunda acepção apontada por Brum⁸, fazendo uma leitura das idéias de Aristóteles coloca o *ethos* vinculado ao comportamento que resulta de um constante repetir-se dos mesmos atos ou épsilon. Logo, o *ethos* deve ser entendido pela sua constância no agir. Ademais, a ideia de moral surgiu muito tempo depois, fundada na interpretação aristotélica da ética. Ou seja, o nascimento da palavra moral vem do latim *mos* ou *moris*, que significa a **maneira de se comportar orientada pelos costumes**.

Pode-se, então, afirmar que a ética de Heráclito parte do interior para o exterior, enquanto a ética de Aristóteles tem que ser aprendida, internalizada com a prática habitual das virtudes, partindo, portanto, do exterior para o interior. Além disso, por estar intimamente vinculada à constituição do ser humano, a ética de Heráclito seria mais universal do que a de Aristóteles, que estaria, de certa forma, ligada aos valores de um grupo social, já que é externa ao homem e precisa,

por ele, ser assimilada. Daí, para Aristóteles, a necessidade de normas justas, que sirvam de guia para a boa educação do cidadão. Ou seja, “Educação que se contentasse em se conformar a um *ethos* coletivo corrompido, a leis injustas, perverteria o caráter das crianças: ela lhe ensinaria, em particular, a só participar da vida política enquanto pudesse tirar dela proveito próprio”. Na segunda acepção, o *ethos* assume um caráter normativo, transitório, encontra-se ligado aos costumes e às regras de uma comunidade, o que acabou gerando definições de ética como a que se segue, “Ética é um dos mecanismos de regulação das relações sociais do homem que visa garantir a coesão social e harmonizar interesses individuais e coletivos”⁹.

Voltando a Heráclito, Brum⁸ destaca que habitar a si mesmo na morada própria do homem, significa também que “a ética é a expressão da luz do ‘daimon’, da luz do Fogo-Logos, que habita na nossa ‘alma’ (mente). [...] O Fogo-Logos é o Fogo vivo que pulsa em nossa consciência nos mostrando com clareza como fluir (agir) em direção ao mundo”. Portanto, a ética é uma espécie de lei interior, iluminada pelo *Logos*, que condiz mais com um “pensar o agir humano”, a partir da consciência iluminada pelo logos, ou seja, com a reflexão sobre aquilo que é certo ou errado, não em consonância primeiramente com a sociedade (que se resumiria em moralidade), mas com aquilo que é universalmente ético, a partir do dever-ser de um ente que é capaz de pensar a si mesmo, sua relação com os outros, sua ação sobre o mundo.

Para Vázquez¹⁰, a moral seria um conjunto de princípios ou normas que norteiam o agir humano. Esta serviria para resolver problemas prático-morais. Enquanto a ética se ocuparia

de uma teoria da moral, resolvendo problemas teórico-morais. A ética, para ele, seria teórica e a moral, prática. Logo *ética* e *moral* não são sinônimos, apesar dos dois termos nutrirem entre si certas características em comum.

Os autores explicam que, em sentido mais amplo e definido, a moral é o conjunto das regras de condutas aceitas e admitidas em determinada época ou por determinado grupo de homens. Neste caso, transgredir ou acatar as regras do grupo ou da época é o que qualifica o ser humano em ser moral ou não. Ressalta-se assim, que a moral está submetida aos interesses dos grupos dominantes e ao tempo no qual as ações foram realizadas. Desta forma, chega-se a conclusão de que a ética (*ethos*) não nasce com a pessoa, como qualidade inata (embora a ética possa ser vista como *universal* se levarmos em consideração que são reflexões realizadas por todos os grupos humanos a respeito do agir), mas constitui valor a ser fixado nos indivíduos que emerge numa determinada comunidade, por meio de exemplos virtuosos, em atos repetitivos e positivos.

Dussel¹¹ posiciona-se sobre a tese de Heráclito considerando que o *ethos* (como *eta*, enquanto morada) é mais potente que a acepção *ethos* (*épsilon*) de Aristóteles, pois, está ligado às repetições e que dela deriva a ideia de moral. Os problemas apontados pelo autor repousam sobre as inevitáveis assimetrias de poder que levam a justificar a dominação de um grupo sobre outro.

A *moral* é indicativa de algo compartilhado em pequenos grupos sujeitos aos esquemas de dominação e relativa à geografia e a seu tempo. Já a *ética* trata do que não pode ser relativizado, no sentido posto por Heráclito enquanto

morada do homem ou sua consciência. Entretanto, devemos ponderar sobre a validade da perspectiva de Aristóteles de que o repetir dos atos positivos pode muito bem elevar-se ao status de virtude. Por conseguinte, abre a possibilidade de transmissão/passagem, ou seja, de **educação**. É justamente neste ponto que se vislumbram as expectativas de aprendizagem que se concretizam por meio mudanças de comportamentos que podem ser promovidas por uma boa educação escolar, pois, para além das qualidades intrínsecas, existem influências externas cuja potência não pode ser ignorada.

Construindo uma definição operacional para Bioética sobre o que é a Ética

O filósofo australiano Peter Singer¹² procurou caracterizar a ideia a respeito da ética por meio de proposições ilustrativas sobre o que ela não é. Ele colocou como primeira argumentação a possibilidade em refutar que a ética consistiria num conjunto de regras que remontam ao período vitoriano, cuja finalidade seria a de impedir que as pessoas exerçam/desfrutem livremente de sua sexualidade. Ou seja, os desejos e os impulsos sexuais naturais dos seres humanos atentam contra ao que é certo e virtuoso. Portanto, a ética perpassaria o puritanismo como um dos seus principais atributos no que se entende enquanto à promiscuidade, homossexualidade, pornografia e coisas do gênero.

Para o autor, esta é uma proposição falaciosa, pois o exercício da sexualidade é essencialmente uma questão de foro íntimo. A única ressalva que se pode fazer em seu entendimento é de se manter os cuidados em relação à saúde do corpo (contrair ou transmitir doença) e de honestidade para com seu parceiro quando

não se tratar de relações fortuitas. Portanto, a visão puritana de que o sexo só pode ocorrer entre casados, heterossexuais, monogâmicos, não comercial e com finalidade puramente reprodutiva representa apenas uma moralidade específica. Em oposição a isso, estão os que advogam a inexistência de qualquer mal no exercício do homossexualismo, dos múltiplos parceiros, no lúdico sem fins reprodutivos, ou até mesmo no seu uso comercial. Por conseguinte, o autor advoga que a ética deve passar ao largo da discussão da moral sexual.

Assim, no seu entendimento, as posições dicotômicas entre moralidades no que se refere à sexualidade não deve ser uma preocupação para a ética. Existem questões mais importantes para serem consideradas, tais como a maneira pela qual se dirige um veículo, ou a má distribuição das riquezas que condena populações inteiras a vidas miseráveis e infelizes.

A segunda ideia que o autor refuta consiste na crença de que as teorias sobre a ética deveriam estar desvinculadas da realidade e exclusivamente voltadas para o mundo das ideias. Por conseguinte, isto levaria à construção de um sistema ideal de grande nobreza na teoria, mas inaproveitável na prática. Logo, ele sinaliza que tal distanciamento entre o discurso e a prática esbarra numa inconsistência lógica. No seu entendimento, qualquer prescrição que não tenha materialidade na realidade concreta carrega consigo um grave defeito teórico. Ou seja, qualquer juízo ético que não seja possível de se realizar na prática cotidiana certamente resente-se de graves problemas na sua formulação teórica, pois, afinal de contas, a função primeira dos juízos éticos é fundamentalmente a orientação das práticas.

Logo, a ética não pode ser entendida como um conjunto de normas tais como “não minta, não mate, não roube”. A realidade é muito mais completa e complexa, exigindo que se faça a observação, a análise e posteriormente a ação, levando-se em conta todas as consequências resultantes das interações entre as pessoas e o seu meio. As ressalvas que se fazem a respeito da moralidade restritiva e da simplicidade das regras não devem ser vistas como um fracasso em se construir uma teoria sobre a ética.

De acordo com o autor, existe uma abordagem cuja meta não é fazer juízo de valor utilizando-se de uma moralidade específica tendenciosa, mas foca suas ações nos objetivos, razão pela qual consegue responder satisfatoriamente à complexidade da vida. Trata-se da concepção consequencialista. Assim, avaliam a qualidade das ações mediante uma verificação do quanto elas favorecem esses objetivos. Desta maneira de pensar nasce o utilitarismo. Pois, para medir se uma ação é correta, é realizada a comparação com outra alternativa, caso produza um aumento da felicidade de todos que por elas são atingidos, se chega a conclusão de que se tomou a decisão correta. Caso ocorra uma diminuição da felicidade, trata-se de uma decisão errada.

Singer¹² continua sua busca pelo sentido da ética afirmando a terceira coisa que a ética não é: algo inteligível somente no contexto da religião. Ou seja, alguns *teístas* acreditam que tudo o que é correto, justo e nobre, consiste num conjunto de leis que estão subordinadas à vontade de Deus. Essa proposição já foi refutada por Platão, há milênios, ao demonstrar que certas ações são boas independentemente da aprovação ou desaprovação da divindade. Portanto, existe algo intrínseco que as

tornam naturalmente boas. Logo, resgata-se a concepção de Heráclito a respeito da ética enquanto *eta*, ao tratar de sua índole natural que emerge da consciência de ações reconhecidamente virtuosas e dignas de elogios.

Não se quer com isso dizer que a religião não seja, também, uma boa razão para que as pessoas ajam de forma correta. O que não pode ocorrer é que se tenha a pretensão de exclusividade, na aceção de exclusão de outras motivações. Singer¹² salienta que até mesmo Immanuel Kant, um cristão dos mais devotos, zombava de tudo o que lhe cheirasse a obediência ao código moral por interesse próprio. Devemos obedecer-lhe, dizia Kant, por seus próprios méritos. Ademais, existem de acordo com Silvino¹³, motivações inexoravelmente compartilhadas entre os seres humanos que se traduzem como benevolência, solidariedade entre outros sentimentos para com seus semelhantes e que prescindem de qualquer motivação religiosa para que se realizem.

Ele aponta para a necessidade de se revisar a perspectiva cristã de que os seres humanos não podem ser morais se não pela fé ou pela obediência à filosofia e dogmas religiosos. Essa é uma premissa que o estudioso contra-argumenta, explicando que existem fundamentos morais, experimentalmente estudados, abarcando medidas de natureza implícita e explícita que colocam os crentes e não crentes no mesmo status ético. Nessa linha, Haidt e Kesebir¹⁴ propõem uma moralidade intuitiva que se manifesta de forma inconsciente e automática no que se refere aos julgamentos morais.

Silvino¹³ explica que essa automatização é de natureza implícita, ou seja, a pessoa, num determinado contexto e situação, ativa processos cognitivos de maneira não consciente e julga o fenômeno mesmo antes de haver uma racionalização dos motivos pela escolha. Isso equivale a dizer que há um potencial de julgamento moral *a priori* acompanhado de uma justificativa *a posteriori*.

Nessa lógica, para Haidt e Kesebir, a emoção tem papel fundamental na manifestação dos juízos morais observando-se os seguintes aspectos: as pessoas fazem um rápido julgamento das outras; os julgamentos morais estão ligadas às emoções; os comportamentos econômicos carregados moralmente dependem de áreas cerebrais ligadas à emoção; os psicopatas têm déficits emocionais; as capacidades percepto-morais emergem na infância; manipular emoções afeta os julgamentos; muitas vezes não é possível justificar os julgamentos morais e, por último, o raciocínio é frequentemente guiado por desejos.

Numa perspectiva de justificação mais filosófica e empirista da questão, Hume¹⁵ apresenta a concepção de que não é por meio da razão se manifestam as virtudes e os vícios, mas, pelos estados emocionais de natureza inconsciente e automática que se observam pelos sentimentos aprazíveis e/ou doloroso que desencadeiam a simpatia e/ou antipatia.

Por fim, se faz necessário finalizar a análise do argumento de Singer que refuta uma ética inteligível somente no contexto da religião, resgatando os cinco fundamentos morais postulados por Haidt e Kesebir, que reforçam a posição de que existe diferença entre as concepções éticas secularistas e religiosas,

não em função da sua qualidade, mas sim da sua natureza. Tais fundamentos podem ser descritos como: noção de cuidado para com o próximo; noção geral de justiça e direito, bem como ao tratamento injusto e trapaças, os quais estão relacionados ao conceito de equidade e reciprocidade; comprometimento para com o grupo, ao auto-sacrifício, a lealdade e a vigilância contra traição; respeito à hierarquia, a obediência, e ao cumprimento dos deveres; no seu aspecto mais transcendental que trata da pureza e da santidade, consideram-se fundamentais a castidade e o controle dos desejos.

Para Silvino¹³, as pessoas mais identificadas com a visão secularista de mundo talvez julguem o comportamento moral principalmente sob o prisma dos dois primeiros fundamentos e as pessoas religiosas tenham os cinco fundamentos igualmente considerados ao perceber uma atitude ou comportamento como moral ou imoral.

Analisando a quarta afirmação, cuja veracidade Singer pretende refutar, que a ética possa ser entendida como relativa e/ou subjetiva. Ele parte da proposição comumente aceita de que a ética é relativa à sociedade em que se vive. Ao pontuar sobre o consequencialismo clássico, tem-se que algumas ações podem ser certas em determinados momentos e em outros não. Isto dependerá das boas ou más consequências que se obtém quando comparado com outras atitudes alternativas.

Ademais, Singer¹² destaca que no século XIX a sociedade vitoriana europeia ficou escandalizada quando começaram a surgir informações antropológicas de que em outras sociedades eram comum que solteiros

exercessem sua sexualidade sem maiores embaraços. Isto levou a popularização a ideia de relativismo de que o código moral da Europa do século XIX não era objetivamente válido, mas que nenhum juízo moral pode fazer mais do que refletir os costumes da sociedade na qual é criado.

Num outro exemplo, ele resgata o discurso marxista na qual as ideias dominantes de cada período, diziam, são aquelas das classes dominantes, portanto, a moralidade de uma sociedade é relativa à classe econômica que a domina. Diante de tais afirmações, o autor indaga se a ética deve ser ou não relativa, pois o que há de tão especial no comunismo? Por que tomar o partido do proletariado, e não da burguesia?

Ademais, salienta que Engels analisou este problema considerando que a moralidade de uma sociedade dividida em classes será sempre relativa à classe dominante, ainda que a moralidade de uma sociedade sem antagonismo de classe pudesse ser uma moralidade realmente humana. Dessa forma, ele acredita que a melhor saída é abandonar a validade do relativismo ético. Pois, embora se pertença a uma determinada sociedade num certo tempo, é possível que, depois de feitas as devidas considerações, oponham-se à linha de pensamento hegemônico.

Para Singer¹², a abordagem relativista é incapaz de fornecer as ferramentas necessárias para avaliar se é correto ou errado utilizar-se do modo de produção fundamentado na mão de obra escrava, por exemplo. Pois, se de um lado existe uma sociedade que não enxerga qualquer constrangimento em manter a escravidão, por outro, teremos uma sociedade que a considera

desprezível e degradante. Portanto, o autor demonstra que a ética não pode ser relativizada sob pena de não conseguir orientar as ações humanas.

No que se refere a subjetividade da ética, o autor salienta que o foco da questão repousa na opinião do indivíduo, desprezando-se, assim, o juízo de valor da coletividade. Para Singer, pelo menos neste caso, o subjetivismo ético favorece o aparecimento de ideias reformadoras, tirando do vazio relativismo ético que impedem o aparecimento de novas concepções, no entanto, continua incapaz de mediar a divergência ética. Ele comenta que, isto só serve para tentar convencer as pessoas a agirem de forma semelhante à nossa, caso convença quanto à justeza de suas ideias, ou que esteja ligada ao cumprimento de ordens, e não a orientação de comportamentos éticos objetivos. Logo, pensar que o comportamento ético surge pela intuição ou subjetividade é falacioso se for compreendido como elemento absoluto, pois não permite a discussão e, posteriormente, o entendimento entre pessoas que tenham posições diferentes.

Portanto, afirma Singer¹², façamos da razão um fio condutor para a construção de argumentos éticos, pois afinal de contas, ela é uma concepção. Assim, ele indaga: o que significa emitir um juízo moral, discutir uma questão ética, ou viver de acordo com padrões éticos? Em diferentes povos as pessoas fazem coisas nas quais elas acreditam, seja pela intuição, pela tradição ou quaisquer outras razões que se possa imaginar, mas como podemos determinar se estão vivendo segundo padrões éticos? Ademais, o autor nos instiga a pensar ao afirmar que existem grupos que não vêem problemas em mentir, trapacear, roubar,

etc., desde que, isso figure enquanto vantagem pessoal ou para aqueles nos quais se tem apreço. Nestes casos, adotam padrões éticos não convencionais e vivem segundo esses ideais, pois, por alguma razão, acreditam que o seu modo de agir é correto.

Logo, a idéia de viver de acordo com padrões éticos está ligada à idéia de defender o modo como se vive, de dar-lhe uma razão de ser, de justificá-lo. No entanto, **não é aceitável uma justificativa exclusivamente em termos de interesse pessoal**, uma vez que esbarra na concepção relativista e subjetivista que são falaciosas. Singer¹² advoga que as atitudes éticas devem se reportar aos interesses e convicções de um público maior, pois não é algo de um grupo menor que tenham interesses muito específicos. Ou como encontrado em Aristóteles: “Ainda que valha a pena atingir esse fim para um homem apenas, é mais admirável e mais divino atingi-lo para uma nação ou para cidades-estados”. Por isso, a ideia de ética defendida por Singer, segue o preceito desenvolvido desde a antiguidade, que deve servir de parâmetro universal do qual deve orientar-se as práticas humanas. Outro aspecto relevante pontuado pelo autor consiste em atribuir aos interesses alheios o mesmo peso que damos aos nossos próprios interesses. Para isso Kant¹⁶ desenvolveu essa idéia na sua célebre fórmula: “Aja somente segundo a máxima através da qual você possa, ao mesmo tempo, desejar que ela se transforme numa lei universal”. A racionalidade por trás destes pensamentos reporta de certa maneira ao agir focado em objetivos, mas não no seu aspecto mais radical e mecânico. Ele permite certa fluidez relacionada à contextualização das ações sem perder o imperativo da universalidade

enquanto argumento de fundamentação ética.

Singer finaliza suas ponderações na defesa de que a ética é uma concepção, explicando: que um princípio ético não se pode dar em termos de qualquer grupo parcial ou local. A ética se fundamenta num ponto de vista universal, o que não significa que um juízo ético particular deva ser universalmente aplicável. Como visto, as circunstâncias alteram as causas.

Ele aponta para uma concepção utilitarista da ética que é muito interessante para as reflexões realizadas pela bioética de intervenção, pois, trata da universalidade enquanto resistência aos interesses egoísticos de dominação que se materializam por meio da injustiça e da desproteção aos menos favorecidos. Desta forma, o uso das palavras moral e ética para efeito dos estudos em bioética, são definidas operacionalmente como entes fundamentalmente diferentes. A primeira representativa da dominação por meio de interesses de grupos específicos incapazes de visualizar um panorama maior que o autointeresse e as necessidades dos próximos. E, na segunda, a ética, será sempre usada para se referir a ações reconhecidamente virtuosas, cujo desprendimento de si, coloque em destaque a coletividade para fundamentação de uma abordagem bioética utilitarista e solidária.

Considerações a respeito da Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos

Como pontuado anteriormente o estudos sobre a ética tornou-se extremamente relevante uma vez que, as distâncias geográficas, os interesses econômicos, as alianças políticas na perspectiva nacional e internacional tornaram o mundo menor. As diversas nações necessitam

dialogar por meio de uma plataforma mínima que as oriente em prol da solidariedade e cooperação. Um dos principais tratados que tem a ética como pedra fundamental foi firmado em 2005 quando os estados-membros da UNESCO aprovaram por unanimidade a Declaração Universal sobre Bioética e Direitos Humanos (DUBDH). Garrafa¹⁷ explica que se trata de um acordo internacional que tem por finalidade agrupar os princípios éticos que norteiam o respeito à dignidade humana relacionadas às questões biomédica, biotecnológicas, ambientais e sociais. Assim, a Bioética evoluiu de uma disciplina essencialmente filosófica e acadêmica passando a refletir sobre os problemas sociais, de saúde pública e os temas ambientais. Ademais, sua promulgação demonstrou como a bioética se tornou uma ferramenta extremamente importante que auxilia na resolução de conflitos éticos que atentam contra os direitos humanos. Ressalta-se ainda que a Bioética sob a perspectiva latino-americana influenciou decisivamente os diversos pontos insculpidos na Declaração, mais especificamente os capítulos relacionados aos problemas sociais, sanitários, ambientais e de direitos humanos.

Tendo em vista a importância da Bioética no séc. XXI, a DUBDH¹⁸ em seu Art. 23 prescreve a obrigação dos países signatários de apresentar às suas populações (especialmente aos jovens) em todos os níveis educacionais a formação e educação em bioética. Esta determinação visa proporcionar uma melhor compreensão de como os avanços científico-tecnológicos e os problemas socioambientais têm sérias implicações éticas que afetam o cotidiano das pessoas. Portanto, oficialmente, o Brasil está obrigado a envidar esforços

para que seu sistema educacional esteja apto a proporcionar aos estudantes reflexões filosóficas de conteúdos tipicamente abordados pela bioética.

Atualmente, verifica-se que os temas relacionados à bioética são trabalhados quase que exclusivamente em Instituições de Ensino Superior e ainda assim, nos cursos das áreas biomédicas e biotecnológicas. Constatase também a oferta desta disciplina nos cursos de especialização espalhados pelo país. De acordo com Figueiredo¹⁹ existem 163 cursos relacionados à bioética reconhecidos pela CAPES. No entanto, quando se analisa os currículos dos docentes responsáveis por essa disciplina na Plataforma Lattes, 86,47% não têm a formação acadêmica *lato* ou *stricto sensu* em **Filosofia**, **Ética** ou **Bioética**. Logo, apenas para suprir as carências de profissionais qualificados para o ensino da Bioética na graduação e pós-graduação será necessário um enorme esforço para formação de especialistas em **Filosofia e Bioética**.

Além disso, como dito anteriormente o Art. 23 da DUBDH determina que os Estados devam promover a formação e educação em bioética (ética prática) não apenas para o ensino superior, mas **em todos os níveis**. Isto significa que existem duas lacunas basilares para serem preenchidas: o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Observa-se, dessa maneira, que decorridos oito anos da homologação da Declaração o Governo brasileiro ainda não conseguiu estabelecer metas para sua plena efetivação tal qual é exigido no referido artigo. O que existe, por exemplo, são ações pontuais de estudos preliminares.

Constata-se desta forma que, do ponto de vista da efetivação de políticas educacionais na área de Bioética, o desafio não se resume apenas em formar docentes devidamente capacitados para atuar no ensino superior (graduação e pós-graduação), mas em se disseminar enquanto disciplina em todos os níveis do sistema educacional brasileiro. Esta é uma tarefa passada por Van Renselaer Potter²⁰ há 42 anos quando da publicação do livro *Bioética: uma ponte para o futuro*, no qual conclamou a todos a necessidade de se refletir não sobre o que a humanidade pode fazer, mas sim, sobre as consequências provenientes do poder científico-tecnológico para o Planeta.

Há que se considerar que a Bioética prosperou para além da academia e se tornou ferramenta de defesa dos direitos humanos e o aprimoramento das sociedades democráticas de todo o mundo. Pires e Garrafa²² pontuam que é fundamental que a população esteja informada e educada para lidar com os problemas persistentes e os que serão criados em consequência dos avanços da tecnologia. Assim, em razão de sua natureza transdisciplinar, a bioética necessita envidar pela filosofia para encontrar o suporte teórico necessário de sustentação de suas proposições. Desta forma, foi fundamental no presente trabalho a diferenciação entre **ética** e **moral**, uma vez que, ajudou a desenvolver uma definição operacional de ética para Bioética.

CONCLUSÃO

De acordo com Pires²², Freire²³, Potter²⁴ e Sen²⁵ muitos problemas relacionados à vida cotidiana podem ser mitigados por meio de intervenções durante a vida escolar. Este empoderamento se dá por meio de políticas educacionais que proporcione maior grau de

escolaridade e a consequente profissionalização do indivíduo. Portanto, quando se reflete sobre este fato, Pires e Garrafa argumentam que é plausível inferir que a Bioética em parceria com a Filosofia também pode ser trabalhada na esfera da educação formal. Por essa razão, as análises e reflexões sobre os problemas éticos que afligiam e que continuam a incomodar a humanidade tornam-se relevantes devido à complexidade do mundo atual. Além disso, Potter desde seus primeiros ensaios sobre a bioética defendeu que estas lições (situações que suscitam questões éticas) deveriam ser apresentadas às pessoas ainda em tenra idade.

Dessa forma, é de amplo entendimento que as reflexões filosóficas do passado somadas à enorme quantidade de informações do presente têm o potencial de preparar os jovens, de maneira mais apropriada, para lidar com a resolução de conflitos éticos da atualidade. Logo, a Bioética apoiada pela filosofia, pode contribuir como referencial teórico para análise de diversos assuntos. Isto não é apenas uma intenção, mas figura essencialmente como obrigação legal uma vez que, o Estado brasileiro na condição de signatário da DUBDH tem que envidar esforços para promover a formação e educação em Bioética em todos os níveis educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Hans J. **O princípio responsabilidade**: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
2. Padovani U; Castagnola L. **História da Filosofia**. São Paulo: Melhoramentos, 1970.

3. Aranha MLA; Martins MH. **Filosofando: introdução a filosofia**. São Paulo: Moderna, 1995.
4. Heidegger M. **Carta sobre o Humanismo**. São Paulo: Centauro, 2005
5. Paulino IR. Ética: ato de escolher sob o olhar da alteridade. **E-Revista Facitec**, v.2 n.1, Art.6, julho. 2008.
6. Spinelli M. Sobre as Diferenças entre Êthos com épsilon e Êthos com êta. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, v.32, n. 2, p. 9-44, 2009.
7. Aristóteles. **Ética a Nicômaco**. Tradução Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Nova Cultura, 1973. p. 23.
8. Brum A. O ethos e a ética na filosofia de Heráclito. **Itinerários**. Cidade Ocidental, v.2, n. 3, p. 31-52, abr. 2009.
9. Fortes PAC. **Ética e Saúde: Questões Éticas, Deontológicas e Legais, Tomada de Decisões, Autonomia e Direitos dos Pacientes**. São Paulo: EPU, 1998.
10. Vázquez AS. **Ética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
11. Dussel ED. **Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão**. Petrópolis: vozes, 2000.
12. Singer P. **Ética Prática**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
13. Silvino AMD. **Fundamentos da moralidade e moralidade heurística** : como diferem ateístas e religiosos? Projeto para Estágio de Pós-Doutorado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia Social do Trabalho e das Organizações. Universidade de Brasília. 2012.
14. Haidt J; Kesebir S. **Morality**. In Handbook of Social Psychology, ed. S. Fiske, D.Gilbert, pp. 797-832. New York: MacGraw Hill, 2010.5th ed.
15. Hume, D. **Tratado da Natureza Humana**. Tradução de Débora Danowski. São Paulo: editora da UNESP, 2002.
16. Kant I. **Metafísica dos Costumes**. I. Parte. Princípios Metafísicos da Doutrina do Direito. Ed.70. Lisboa. 2004. p. 47.
17. Garrafa V. O novo conceito de bioética. In: Garrafa V, Kottow MH, Saada A (Orgs.). **Bases conceituais da Bioética enfoque latino-americano**. São Paulo: Gaia, 2006. p. 9-17.
18. UNESCO. 2005. **DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE BIOÉTICA E DIREITOS HUMANOS**. Tradução: Cátedra UNESCO de Bioética da Universidade de Brasília.
19. Figueiredo AM. Perfil acadêmico dos professores de bioética nos cursos de pós-graduação no Brasil. **Rev. bras. educ. med.** [online]. 2011, vol.35, n.2 [cited 2013-06-06], pp. 163-170 . Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022011000200004&lng

=en&nrm=iso>.ISSN0100-5502. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-55022011000200004>.

20. Potter VR. **Bioethics**: Bridge to the future. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1971.

21. Pires JR; Garrafa V. Educação: nova fronteira da bioética. **Ciência & saúde coletiva**. V. 16, suplemento 01, março 2011. p. 735-746.

22. Pires JR. **A Bioética no ensino médio**: a opinião dos professores do Plano Piloto – DF. Dissertação de mestrado. 2003.

23. Freire P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 2003.

24. Potter VR. Bioética global e sobrevivência humana. In: Barchifontaine P; Pessini L (Orgs.). **Bioética**: alguns desafios. São Paulo: Loyola, 2001. p. 337 - 347.

25. Sen A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Artigo apresentado em: 14/09/2013

Artigo aprovado em: 15/10/2013

Artigo publicado no sistema em: 03/11/2013